



SOCIEDADE

IBGE desbrava orientação sexual

No primeiro estudo realizado pelo instituto sobre o tema, 2,9 milhões de brasileiros se declararam homossexuais ou bissexuais. Em termos proporcionais, o DF registrou a maior população gay do país

» MARIA EDUARDA ANGELI*
» HELENA DORNELAS*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, ontem, levantamento inédito sobre orientação sexual no Brasil. Em 2019, os brasileiros que se autodeclararam homossexuais ou bissexuais totalizam cerca de 2,9 milhões, o que representa 1,8% da população do país. A maioria dos declarantes dessa orientação sexual é formada por jovens de 18 a 29 anos (4,8%) e concentrada entre os que têm maior renda e ensino superior (3,2% e 3,5%).

Segundo o estudo do IBGE, o Distrito Federal tem a maior proporção de pessoas maiores de 18 anos que se declaram homossexuais ou bissexuais no Brasil. Na capital federal, o IBGE identificou 66 mil pessoas, o que representa 2,9% da população adulta no DF.

Esse percentual pode ser ainda maior. Em 2021, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) ouviu moradores de 33 Regiões Administrativas (RAs) do DF. Os dados mostraram que cerca de 3,8% da população de mais de 3 milhões de habitantes do Distrito Federal se identifica como parte da comunidade LGBTQIA+, o equivalente a 114,4 mil pessoas. Esse número é expressivamente maior do que o identificado pela pesquisa do IBGE.

A pesquisa da Codeplan mostrou, ainda, que a maioria das pessoas do grupo citado mora em regiões consideradas de alta renda, enquanto que cerca de 3,3% moram em locais de baixa renda.

No levantamento do IBGE, 94,8% da população do país acima dos 18 anos se autodeclarou heterossexual, 0,7% bissexual, 1,2% homossexual e 3,4% não sabiam ou não quiseram informar. O estudo revelou, ainda, que 1,7 milhão de pessoas (2,1%) não sabiam definir a orientação sexual e 3,6 milhões (3,4%) preferiram não responder sua orientação. Vale mencionar que o respondente era selecionado

Carlos Vieira/CB



Parada do Orgulho Gay na Esplanada dos Ministérios: DF tem a maior proporção de adultos que se declaram homossexuais ou bissexuais

aleatoriamente, entre os moradores do domicílio.

A parcela de brasileiros homossexuais ou bissexuais é significativamente mais expressiva na área urbana (2%) do que na área rural (0,8%). Entre os homossexuais, homens ficam na liderança, representando 56,9% do total de 1,8 milhão de indivíduos com essa orientação. As mulheres foram maioria entre os bissexuais, sendo 65,6% do total de 1,1 milhão.

Subnotificação

De acordo com o IBGE, o índice de lésbicas, gays e bissexuais registrado na pesquisa pode ser maior. O instituto aponta que um importante fator para a subnotificação é o medo dos entrevistados de sofrer preconceito. Mesmo assim, há um consenso de que o estudo constitui um avanço social. “Esses resultados representam um importante primeiro passo para dar visibilidade

estatística para essa população em âmbito nacional no Brasil”, comentou Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa.

Elvis Justino Souza, representante político da Rede Família Stronger, também avalia que os dados são subnotificados. “Porém, pela primeira vez o Estado brasileiro divulgou números oficiais sobre a comunidade LGBT. Mesmo subnotificados, podemos ter políticas mais assertivas para essa parte da população. Esses dados mostram algo que esta sendo bem perceptível: o quanto a juventude está saindo da caixa heteronormativa”, afirma.

Para a mestre em Direitos Fundamentais e Democracia Diana Geara, a pesquisa deveria ser feita em sigilo, garantindo segurança aos entrevistados. “Somente com a compreensão destes números poderemos pensar de forma mais adequada em políticas públicas de inclusão e combate à LGBTfobia”, argumenta.

Processo pode ser longo

Para Gabriel (o sobrenome foi omitido, a pedido do entrevistado, por medo de retaliação), perceber-se como bissexual foi difícil. Ele precisou lidar com estereótipos desde criança. “Para mim foi meio estranho me descobrir desse jeito (bissexual), porque eu primeiro me assumi gay para a minha família. Foi um choque. E na minha cabeça, eu era gay, porque desde pequeno me falavam ‘ele é afeminado, é gay’, relata.

“Assumir-me bi foi bem mais difícil, porque muitas pessoas achavam que eu estava em cima do muro, ou então que eu era uma pessoa que simplesmente buscava promiscuidade”, desabafa.

Louise também reavaliou sua orientação ao longo dos anos. Um ano atrás, se identificava como bissexual, mas atualmente se reconhece como pansexual. Na

visão dela, descobrir-se LGBTQIA+ é “uma virada de chave na cabeça”.

“Eu sempre fui muito cuidadosa com minhas amigas. Em determinado momento, comecei a ver que todo esse cuidado poderia indicar algo mais. O processo de revelar minha sexualidade para minha mãe não foi tranquilo”, conta.

No caso de Louise, a realidade começou a mudar com a conquista da independência financeira. “Você passa a assumir seus perrengues e amadurece seus pensamentos. E é aqui que eu acredito que entra a grande descoberta: a de que você não precisa convencer ninguém de absolutamente nada. Eu sou casada com uma mulher incrível, tenho um filho lindo de 7 meses com ela, a relação com minha mãe e nossas famílias é ótima e me sinto completa”. (MEA)

AVIAÇÃO

Planalto deve vetar bagagem gratuita

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE

A volta do despacho gratuito de bagagens em voos operados no Brasil tornou-se o centro das discussões no Congresso Nacional. Depois de aprovada no Senado, a matéria passou pela Câmara dos Deputados e, agora, aguarda a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL). A retomada da gratuidade integra uma medida provisória ampla, conhecida como “MP do Voo Simples”.

A proposta prevê o despacho gratuito de bagagens de até 23 quilos em voos nacionais e de 30 quilos em internacionais. O Ministério da Infraestrutura indicou que o chefe do Executivo deve vetar o item. Por outro lado, o presidente está preocupado com o impacto político caso retire o trecho da gratuidade em um ano eleitoral.

O texto ainda trata de outros pontos: mudanças de valores e tipos de ações que estarão sujeitas a taxas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); fim da diferença entre serviços aéreos públicos e serviços privados; fim da natureza privativa e indelegável da competência da Anac para regulamentar e conceder certificado de habilitação para praticantes de aerodesporto.

As companhias aéreas internacionais que queiram operar no Brasil estarão dispensadas de parte das autorizações previamente exigidas.

No entanto, a Câmara rejeitou o dispositivo que pretendia transferir do Fundo Aeroviário ao Serviço Social do Transporte (Sest) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) parte dos subsídios de contribuições de empresas do setor aéreo ao Serviço Social do Comércio (Sesc), ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Baixo custo

Para o deputado federal Afonso Florence (PT-BA), o preço cobrado para o despacho de bagagens, assim como o dos bilhetes aéreos, se tornaram excessivos. “A obrigatoriedade de pagamento de bagagem se somou ao aumento abusivo das passagens aéreas. Uma cobrança dessa natureza se torna impeditiva para pessoas de classe média ou baixa viajarem”, destaca.

Relator da MP do Voo Simples na Câmara, o General Peternelli (União-SP) defendeu a proposta em aspectos que simplificam questões como operações de aeroportos, criações de companhias aéreas, empréstimos de aeronaves e a permissão do chamado ‘uber da aviação’. O deputado disse ainda que a proposta amplia a atuação da Anac.

Sobre a gratuidade de bagagens, Peternelli orientou de forma contrária, por entender que as companhias aéreas vão incorporar nos bilhetes aéreos o valor antes cobrado para o despacho das bagagens. Além disso, ele argumenta que a medida dificulta a chegada de companhias ‘low cost’ no Brasil.

“Eu orientei de maneira contrária à bagagem gratuita, porque a gente sabe que a companhia aérea vai subir um pouco mais o preço para contemplar a bagagem. Mas o motivo principal é que a aviação de baixo custo, aquele avião menor, não tem como levar uma bagagem de 23 quilos”, disse.

25 MORTOS

Fachin ouve MP sobre operação policial no RJ

» LUANA PATRIOLINO
» ISABEL DOURADO*

Com 25 mortos e seis feridos, a operação da Polícia Militar realizada na Vila Cruzeiro, zona norte do Rio de Janeiro, é considerada a segunda mais sangrenta do estado. De acordo com a polícia do Rio, ao menos 15 dos mortos eram suspeitos de integrar o tráfico de drogas. Uma vítima era uma moradora, outra foi atingida por uma bala perdida dentro de casa. O restante ainda não teve a identidade divulgada.

A PM sustenta que a operação estava sendo planejada há meses, mas foi deflagrada de forma emergencial para impedir uma suposta migração dos traficantes para a Rocinha. A Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também foram

acionadas para ajudar na ação. Segundo as corporações, além dos criminosos do Rio, havia traficantes vindos do Amazonas, Alagoas e Pará.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), se reuniu ontem com o procurador de Justiça do Rio (MPRJ), Luciano Mattos de Souza, para discutir a operação. Em nota, o STF informou que o ministro demonstrou “preocupação” com a força-tarefa policial.

Presidenciáveis comentaram o episódio. O presidente Jair Bolsonaro (PL) elogiou a operação. “Parabéns aos guerreiros do Bope e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que neutralizaram pelo menos 20 marginais ligados ao narcotráfico em confronto, após serem atacados a tiros durante operação contra líderes de facção criminosa”, disse via Twitter.

AFP



Parentes choram mortes na Vila Cruzeiro: ação terminou em tragédia

A pré-candidata do MDB, senadora Simone Tebet (MS), disse que a ação foi “um massacre” e pediu mais preparo para os agentes que vão participar de operações desse nível. “O policial deve

ser acolhido, não pode ser educado para atirar antes de perguntar”, afirmou.

Ciro Gomes, pré-candidato do PDT, chamou a operação de “chacina”. “Será que esse é o único

caminho para reprimir a bandidagem, que infelizmente tomou conta das periferias no Brasil?”, disse.

(*Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)

As operações mais letais do Rio

Jacarezinho (maio/2021)
28 mortos

Vila Cruzeiro (maio/2022)
24 mortos

Complexo do Alemão (junho de 2007)
19 mortos

Senador Camará (janeiro de 2003)
15 mortos

Fallet/Fogueteiro (fevereiro de 2019)
15 mortos